

Distribuição será controlada

Secretário garante que contraceptivo é eficaz e continuará a ser distribuído no DF

OLÍVIA RENAULT

Em coletiva ontem, no Centro Administrativo do DF, Taguatinga, o secretário de Saúde do DF, José Geraldo Maciel, e o subsecretário, Milton Mendes, esclareceram como será feita a distribuição gratuita do anticoncepcional de emergência e anunciaram o controle na distribuição do medicamento. Diante dos protestos de que o Ministério da Saúde estaria estimulando o aborto e a liberação do sexo sem prevenção, os secretários reservaram a tarde de ontem para explicar o que é o medicamento e como funcionará a nova aposta do governo para impedir a gravidez indesejada.

O subsecretário é graduado em Medicina e especializado em Ginecologia. Mendes explicou que o anticoncepcional de emergência não tem contra-indicações, pode ser usado sem restrição de idade e não provoca aborto, como foi alegado pe-



DENISE BENEVIDES / DIVULGAÇÃO

Maciel saiu em defesa da pílula: "Remédio não significa liberação do sexo sem preservativo"

la Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A ação do contraceptivo apenas dificulta o encontro do espermatozóide com o óvulo, impedindo a fertilização. "Ela (pílula) não gera qualquer tipo de alteração depois de haver a fecundação. Então, não tem absolutamente nenhum efeito abortivo", conclui o subsecretário.

Outra informação fortalece a discussão em favor do medicamento. Mendes explica que nem mesmo se uma mulher grávida ingerir o remédio, ela

ou o feto serão prejudicados. Segundo ele, o único efeito do medicamento será a progesterona que, em programas de fertilização, é utilizada para proteger para a gestação.

No entanto, os remédios não serão distribuídos para a população, e sim disponibilizados nos centros de saúde, onde o paciente passará por uma consulta antes de receber o receituário do contraceptivo. A intenção é vincular a distribuição do remédio ao processo de acompanhamento médico e

educacional dos cidadãos. "Não queremos que ele seja visto como a liberação do sexo não protegido", diz o secretário. "As pessoas não podem pensar que não precisam usar preservativo, porque no dia seguinte vai chegar no hospital e resolver o problema", disse Mendes.

Até o fim da próxima semana, os 62 centros de saúde, que já estão recebendo o medicamento, estarão abastecidos com quantidade suficiente para atender demandas por quatro ou cinco meses.

Evolução

O anticoncepcional de emergência começou a ser utilizado no programa de Violência Contra a Mulher, em casos de estupro. Dados informam que até 1997, ocorriam 17 interrupções de gestação a cada semestre. Depois que o programa aderiu ao contraceptivo, os números caíram para quatro casos a cada seis meses.

Satisfeito com a redução dos índices, o governo federal estabeleceu que o medicamento fosse utilizado, também, em alguns casos de gestação indesejada e sobre protocolo de acompanhamento. O Ministério da Saúde é o responsável pela distribuição do medicamento aos estados. Segundo Maciel, a Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro já aderiram ao programa.

Dentre os projetos da Secretaria de Saúde do DF, está a informatização da rede pública dos Centros de Saúde e Hospitais do DF. O secretário avalia que em um ano e meio, uma rede conjunta que disponibilize o formulário de um paciente para centros de atendimento médio em qualquer área do DF. Isso facilitará os tratamentos e o acompanhamento dos pacientes.